



# EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E AS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS DO ENSINO REMOTO EM ESCOLAS QUILOMBOLAS

QUILOMBOLA SCHOOL EDUCATION AND THE PEDAGOGICAL IMPLICATIONS OF EMERGENCY REMOTE TEACHING IN QUILOMBOLA SCHOOLS

**Fany Serafim Nascimento**

Assistente social do Centro de Suporte Especializado da Assistência Social (CSEAS) Graduada no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), integrante do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (Nevi/Ufes) e também do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Socioambientais Comunitários (Gripes/PUC-Rio). Mestre no Programa de Pós-graduação em Serviço Social na PUC-Rio.

**Olindina Cirilo Nascimento Serafim**

Quilombola, Professora efetiva da Rede Municipal de Educação em São Mateus — ES. Licenciada em Pedagogia, Mestre em Educação pela Ufes. Doutora em Educação na Universidade Federal Fluminense (UFF), participante do grupo de pesquisa Etnomatemática da UFF, membro do Coletivo Nacional de Educação – Conaq e do GT de Educação Escolar Quilombola na Comissão Quilombola do Sapê do Norte-ES. Pesquisadora nas escolas quilombolas capixabas, com atuação na formação de professores e na prática educativa quilombola. Atualmente atua como gestora na Secretaria Municipal de Cultura de São Mateus. Presidenta do Conselho Municipal de Defesa da Mulher de São Mateus – Condimu.

## RESUMO

A oferta do ensino remoto emergencial, implantado por órgãos públicos diante do contexto adverso da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) tem sido um grande desafio para a educação escolar nos territórios quilombolas. São barreiras de muitas ordens enfrentadas por professoras/es, estudantes e as famílias quilombolas nesses contextos, antes que se possa garantir uma educação de qualidade. Nosso objetivo é analisar a prática da educação escolar quilombola nos territórios diante de experiências vivenciadas na pandemia. Com base na análise de entrevistas realizadas com professoras que atuam nas escolas quilombolas e professoras quilombolas que atuam em escolas próximas das escolas pesquisadas, procuramos respostas para algumas indagações: como professores têm realizado o planejamento pedagógico no contexto pandêmico e como têm acompanhado a execução das atividades pedagógicas pelas famílias; como tem sido a prática docente, o acesso a equipamento e a internet pelos professores e pelos alunos durante o ensino remoto.

**PALAVRAS-CHAVE:** “ensino” remoto. educação escolar quilombola. pandemia na educação.

## ABSTRACT

Emergency remote teaching, implanted by the public education system in the adverse context of the Coronavirus pandemic (COVID-19) has been a great challenge for school education in quilombola territories. Barriers of many natures are faced by teachers, students and quilombola families in these contexts before quality education can be guaranteed. Our objective was to analyze the practice of quilombola school education in these territories during the pandemic. Interviews were conducted with teachers who work in quilombola schools and quilombola teachers who work in schools close to those assessed to approach the following questions: how did the teachers conduct pedagogical planning during the pandemic; and how did they monitor the execution of the pedagogical activities by the families; how was the teaching practice and access to devices and internet by teachers and students during remote teaching?

**KEYWORDS:** remote teaching, *quilombola* school education, education, pandemic.

## Introdução

Este artigo oferece um relato em primeira mão do campo e convoca uma escuta aos professores atuantes em escolas localizadas em áreas de remanescentes de quilombo sobre suas vivências ao longo do período de ensino remoto emergencial. Com base na análise de nove (9) entrevistas realizadas remotamente por WhatsApp e videochamada com esses professores, as autoras chamam atenção para a ausência de políticas públicas de educação específicas para esses territórios, que possuem características, estruturas e culturas bastante particulares – e quiçá incompatíveis com o modelo de ensino remoto tal como adotado por outras escolas, em outros contextos. Usando o caso do território quilombola Sapê do Norte, nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, no Espírito Santo, podemos entender como a pandemia afetou professores, estudantes, comunidades escolares e também familiares.

Desde que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a doença causada pelo novo coronavírus, a Covid-19, passou a constituir uma Emergência de Saúde Pública, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional (FORDE & FORDE, 2020), ações governamentais voltadas para a adaptação da oferta de educação no Brasil têm sido devastadoras, e particularmente, nas comunidades quilombolas.

Com base na declaração da OMS, organizações voltadas às comunidades quilombolas, como a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) – que tem sido o principal agente na organização da luta quilombola desde 1996, e nesse momento de pandemia não tem sido diferente –, mesmo sem praticamente nenhuma diretriz específica do governo, tem desenvolvido ações para diminuir os números de infectados nas comunidades. A Conaq, em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA) criou um site chamado *Quilombos sem Covid-19*, que divulga dados atualizados de infectados e óbitos da Covid-19 no Brasil e nos quilombos. Esse monitoramento acontece também com parceria dos quilombolas, que repassam informações de como se encontra a situação do quilombo e sua região. De acordo com esse

levantamento, apenas em quilombos no Brasil, até hoje, foram contabilizados mais de 5.660 casos e mais de 300 mortes, embora saiba-se que esses territórios são muito propensos à subnotificação (Quilombos sem Covid-19).

A invisibilidade da doença em territórios quilombolas revela uma situação dramática, que não tem recebido a atenção devida das autoridades públicas e dos meios de comunicação dominantes. Dados da transmissão da doença em territórios quilombolas são subnotificados, pois muitas secretarias municipais deixam de informar quando a transmissão da doença e a morte ocorrem entre pessoas quilombolas. Além da grande subnotificação de casos, situações de dificuldades no acesso a exames e denegação de exames a pessoas com sintomas têm sido relatadas pelas pessoas dos quilombos.

A desigualdade do enfrentamento ao Coronavírus, que já se mostra evidente nas periferias urbanas, terá um impacto arrasador nos quilombos se a doença mantiver este ritmo de alastramento e letalidade. A Conaq tem chamado atenção para fatores estruturais alarmantes sobre as consequências do alastramento da pandemia nos territórios quilombolas. (Conaq, 2020)

Os trechos acima destacados demonstram que a ausência do governo tem impactado diretamente a vida dos quilombolas que não conseguiram enfrentar essa pandemia de forma digna, reforçando a necessidade de políticas sociais que compreendam e trabalhem com base na realidade e nas especificidades locais e culturais quilombolas. Segue em tramitação a PL 1.142/20, fruto da mobilização e articulação de movimentos quilombolas e indígenas, que dispõe de medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas, estipulam medidas de apoio às comunidades quilombolas e territórios tradicionais.

As tragédias humanitárias se multiplicam, e os territórios quilombolas são duramente afetados pelas dificuldades impostas nas variadas formas em que o racismo se apresenta, impedindo o acesso das pessoas que vivem nas comunidades a determinadas políticas públicas às quais teriam direito por estarem situadas em localizações diferenciadas que demandam abordagens particulares que sejam respeitosas dos modos de vida locais. Partindo do contexto vivenciado pelo Brasil e pelo mundo com o surgimento da pandemia, propusemos analisar narrativas de professores quilombolas nesse contexto pandêmico no território quilombola do Sapê do Norte, no Espírito Santo.

### Marco legal da educação em territórios quilombolas

Consideramos relevante analisar a prática escolar nas escolas quilombolas, questão fundamental para compreendermos como se efetiva o ato pedagógico entre a própria escola e os quilombos. Estamos observando como essa prática vem sendo disseminada enquanto conteúdo legítimo de comprometimento com a educação escolar. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar a articulação entre as práticas educativas docentes em escolas quilombolas, na oferta do ensino remoto. Não podemos deixar de sinalizar o direito universal à educação no Brasil tem sido uma conquista dos movimentos sociais, entre esses, os movimentos sociais negros, os trabalhadores da educação pública, nas esferas federal, estadual e municipal, tendo como principal referência a constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996 (SERAFIM, 2011).

No Brasil, no início de março de 2020, as aulas presenciais nas redes pública (federal, estadual e municipal) e na rede privada foram suspensas considerando o agravamento da pandemia. Além da suspensão das aulas, outras atividades produtivas e de serviços consideradas não essenciais foram interrompidas parcial ou totalmente, o que de fato comprovou ser eficaz, já que, a despeito da grande quantidade de contaminados e mortos, onde se observados

naquele período, houve um decréscimo dos números. Nesse sentido, o isolamento social representava de curto prazo a melhor saída para o enfrentamento da pandemia<sup>6</sup> (CPPDH -ES, 2020).

A pandemia tem atingido fortemente a população mundial, no Brasil não é diferente, porém com um agravante, a população negra tem sido atingida de forma mais acentuadamente letal, o que consideramos ser decorrente da situação de racismo estrutural que atravessa a sociedade brasileira. Para Forde & Forde (2020), a ideia de raça e o racismo participam, sistematicamente, no modo como as estruturas da sociedade brasileira organizam a produção de bens e serviços,

Nas áreas da saúde, educação, economia, justiça etc., e como esses são disponibilizados à população. Assim, a categoria raça/cor não deve ser negligenciada na compreensão das desigualdades sociais e, sobretudo, na definição de políticas públicas. (FORDE & FORDE 2020, p. 5)

Nesse sentido, nossos estudos apontam para a necessidade de apresentar estratégias de enfrentamento antirracistas no contexto das escolas quilombolas do Espírito Santo. Na pandemia, logo após o início do ano letivo de 2020, as atividades presenciais foram suspensas, a rotina mudou consideravelmente.

De acordo com dados da agência Senado (2021), um ano após os primeiros casos de contaminação em território brasileiro pelo Sars-Cov-2 – o vírus que causa a Covid-19 – as principais recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da comunidade médica para diminuir o risco de contrair a doença continuam sendo as mesmas: usar máscara, lavar as mãos ou usar álcool em gel, evitar aglomerações, mantendo o distanciamento, cobrir a boca com o braço ao espirrar e sempre deixar janelas abertas para circulação do ar em

---

<sup>6</sup> Comitê Popular Proteção dos Direitos Humanos no Contexto da Covid-19 do Espírito Santo.

ambientes fechados. Contudo, ao pensarmos na realidade das escolas quilombolas essas recomendações se tornam de execução, praticamente inviável, pois a arquitetura dessas escolas não possibilita, por exemplo, distanciamento nem a utilização de tecnologias digitais alternativas, uma vez que sabemos que escolas em situação rural têm muito menos acesso a computadores e internet que aquelas em áreas urbanas, tomadas como referência para políticas públicas desse tipo. Em recente pesquisa realizada pela Cetic (2022), em 92% dos domicílios rurais faltam dispositivos para acesso à internet, fundamentais para o remoto às aulas, e, no mesmo contexto, 76% dos professores se dizem desprovidos de habilidades para realizar atividades educacionais com alunos com o uso de tecnologias.

### Retorno seguro às aulas (im)possibilidades do ensino remoto

A oferta do ensino remoto com o uso de meios tecnológicos normalmente pouco utilizados em sala de aula tem sido uma novidade e um grande desafio para a maioria dos(as) professores(as), em particular os professores das escolas do meio rural, onde estão inseridas as escolas quilombolas, objeto do presente estudo. Nesse sentido, a prática docente nas escolas quilombolas na pandemia tem apresentado ações e reações dos professores no sentido de se questionar a oferta do ensino remoto emergencial nas escolas quilombolas, tendo revelado um cenário de pouco aprendizado e risco real de contaminação dos professores, alunos e famílias pelo vírus. Considerando-se que a realidade dos pais dos alunos do meio rural inclui um número expressivo de analfabetos, à medida em que o Ensino remoto emergencial prevê a participação dos pais no processo de ensino-aprendizagem, estabelece-se o desafio de vislumbrar a maneira pela qual esses pais poderiam contribuir com os estudos dos filhos –, para além do fato de eles mesmos serem produtores rurais que não pararam suas atividades durante a pandemia, sendo essa sua única fonte de renda familiar. Conforme De Souza (2020) devido às suas especificidades, o ensino remoto expõe

desigualdades históricas educacionais do campo, que, nesse processo, podem ser agravadas, trazendo danos irreversíveis à formação de milhares de alunos nesses contextos.

Ao discutir as implicações pedagógicas do “ensino” remoto, Saviani & Galvão (2020) destacam que, desde a década de 1990, o neoprodutivismo contribuiu consideravelmente para o esvaziamento da importância da educação escolar e dos conteúdos de ensino. A ênfase nas capacidades e competências que cada pessoa deve adquirir no mercado educacional são voltadas para garantir melhores posições em um mercado de trabalho que não condiz à realidade local quilombola.

Para Behar (2020), acostumados à sala de aula presencial, docentes tiveram que deixar suas práticas conhecidas e reinventá-las. Para a autora, a grande maioria dos professores não estava preparada nem capacitada para exercer sua profissão dessa nova maneira já que o Ensino remoto emergencial (ERE) é uma modalidade que pressupõe o distanciamento físico e requer uma “concepção didático-pedagógica própria” (Behar, 2020).

A Educação a Distância é uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes, tutores e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Ela possui um modo de funcionamento com uma concepção didático-pedagógica própria. (BEHAR, 2020)

A pandemia mexeu com toda a estrutura da educação nacional. Nas escolas quilombolas inseridas no meio rural, a situação se torna ainda mais complexa. A interrupção das atividades escolares criou a necessidade de mudança na rotina dos professores. As professoras nas escolas quilombolas precisam encontrar alternativas para a rotina escolar fugindo de práticas com as quais já

estavam acostumadas em seu cotidiano. Essa situação proporciona novas reflexões e novos aprendizados para professoras, alunos e suas famílias.

Os desafios, as tecnologias avançadas pois muitos não estavam preparados para lecionar no EAD, nem as famílias estão preparadas, e outros desafios das famílias é ajudar nas atividades em casa, a relato de muito estresse. (entrevista concedida dia 02/10/2020)

O que buscamos neste trabalho é sinalizar para a importância da modalidade de educação quilombola, considerando a existência de um arcabouço jurídico favorável composto pelo conjunto das políticas educacionais no campo da diversidade, instauradas desde a LDBEN nº. 9.394/1996. Além dos dispositivos jurídicos, o cenário no qual se insere a educação escolar quilombola conta com elementos do Plano Nacional de Implementação da Lei nº.10.639/2003 (BRASIL, 2009). Todo esse cenário em movimento inclui a modalidade de educação quilombola instituída pela resolução CNE/CEB Nº 4, de 13 de julho de 2010. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

De acordo com Saviani & Galvão (2021), “ensino remoto” se popularizou no contexto da pandemia, o isolamento social, necessário para impedir a expansão da infecção por Covid-19, fez com que as atividades presenciais nas instituições educacionais deixassem de ser o “normal”. A estratégia utilizada está sendo a EaD.

Saviani & Galvão (2021) corroboram com a situação vivenciada nas escolas quilombolas ao afirmarem:

Salientamos que conhecemos as múltiplas determinações do “ensino” remoto, entre elas os interesses privatistas colocados para educação como mercadoria, a exclusão tecnológica, a ausência de democracia nos processos decisórios para adoção desse modelo, a

precarização e intensificação do trabalho para docentes e demais servidores das instituições. (SAVIANI & GALVÃO 2021, p. 38)

Assim, essa pesquisa se esforça por discutir essa avaliação dos autores sobre o atual cenário, buscando reunir narrativas de professores quilombolas. Focamos nas respostas dadas a duas perguntas com base em narrativas das professoras. As respostas das professoras nos possibilita elaborar afirmações sobre as dificuldades do ensino remoto nas escolas quilombolas que tem representado verdadeiras barreiras para o processo de ensino-aprendizagem. Apresentamos a seguir diversos fatores pelos quais a modalidade do ensino remoto deva ser questionada quando se trata de escolas quilombolas.

### Achados relevantes do trabalho de campo

Para as escolas do meio rural, o trabalho proposto pelas secretarias municipais de educação no território do Sapê do Norte,<sup>7</sup> foi o ensino remoto, atividades realizadas pelo setor pedagógico e pelas professoras, atividades estas que são impressas em formato de apostilas e entregues nas casas das famílias. Os professores das áreas rurais, incluindo os professores quilombolas, elaboram as atividades e enviam para o administrativo da secretaria avaliar, imprimir, enviar novamente para as professoras, que vão de casa em casa das famílias fazer a entrega das atividades e recolher as atividades já realizadas pelos alunos. Os municípios disponibilizam transporte no período de 15 dias para as professoras fazerem a entrega das atividades, e recolherem aquelas que foram entregues no período anterior.

---

<sup>7</sup> O Sapê do Norte está localizado ao norte do Espírito Santo, na faixa litorânea compreendida por dois municípios, São Mateus e Conceição da Barra. O movimento quilombola calcula que haja atualmente em torno de 4.500 famílias residentes e resistindo nas terras do território.

Tal estratégia tem resultado em um grande esforço por parte dos professores nas escolas quilombolas que buscam atender à modalidade do EaD como sinalizado no relato a seguir,

Não está sendo fácil. Nós vamos até a casa das pessoas entregar e com todo aquele cuidado para não se aproximar da família, chega nas casas, entrega as atividades, de longe, com máscara, usando álcool em gel. Vamos de 15 em 15 dias entregar e recolher as atividades realizadas para corrigir. Há pais que não sabem ensinar aquelas atividades enviadas. (entrevista concedida 12/09/2020)

A entrega de atividades nas famílias representa uma das preocupações dos professores, porque sabem que algumas famílias têm dificuldades em acompanhar as atividades dos filhos. Os docentes também se preocupam em associar o conteúdo ao momento da pandemia vivenciado por todos.

A narrativa dos professores a respeito do ensino na pandemia indica que, alguns profissionais não dispõem das condições necessárias para o acesso a essa modalidade de ensino, alguns profissionais demonstraram não ter acesso à internet de qualidade e habilidade com os instrumentos necessários (PC, celular e tablet), ferramentas indispensáveis para o bom desempenho de alunos e professores.

Outra percepção é a de que alguns profissionais não têm habilidade com as novas tecnologias e se mostraram alheios às informações, seja nos monitores em casa ou em alguma orientação disponibilizada por meio de instrutores técnicos para atualizá-los indicados pela secretaria de educação dos municípios. As dificuldades são ainda maiores quando os docentes não recebem nenhuma formação para a utilização de ferramentas tecnológicas necessárias ao desenvolvimento das atividades remotas, conforme as narrativas.

Este estudo reitera a importância de se compreenderem os contextos para os quais políticas públicas são desenhadas. Evidentemente, no cenário impremeditado da Covid-19, medidas preventivas e de resposta às condições

impostas tiveram que ser tomadas, e muitas dessas decisões foram centralizadas e universais, não levando em conta as particularidades referentes aos diferentes tipos de localização de escolas nem, sobretudo, as variações dentre esses mesmos tipos de localidades. Evidentemente, mesmo diante das escolas chamadas rurais, existem enormes diferenças de perfis que merecem ser contemplados. Políticas públicas que desejem eficácia necessitam de um olhar mais cuidadoso para essa diversidade, do contrário, estarão fadadas ao insucesso.

## Referências

- BEHAR, P. A. (Org.). 2019. “Recomendação pedagógica em educação a distância”. *Penso, universidade e sociedade*, n. 67. Disponível em: <<https://dtcom.com.br/ensino-remoto-emergencial-ere-versus-educacao-a-distancia-ead-principais-diferencas-e-a-vantagem-de-se-tornar-ead/>>
- CETIC. 2021. *TIC Educação 2021 - Edição Covid-19 - Metodologia adaptada*. Disponível em: <[https://www.cetic.br/media/analises/tic\\_educacao\\_2021\\_coletiva\\_imprensa.pdf](https://www.cetic.br/media/analises/tic_educacao_2021_coletiva_imprensa.pdf)>.
- Conaq (Brasil). 2020. *Quilombos sem Covid 19*. 2020. Disponível em: <<https://quilombosemCovid19.org/>>. Acesso em: 06/2020.
- DE SOUZA, E. 2020. “Escolas do campo e ensino remoto: vozes docentes nas mídias digitais”. *Revista Cocar*, v. 14, n. 30. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3753>> Acesso em: 05/2022
- FORDE, G. H. A.; FORDE, R. P. 2021. “Impactos da Covid-19 na população negra capixaba: breve análise comparada à luz da categoria raça/cor”. *Estudos africana/NEAB UFES*. Disponível em:

<[https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/11478/1/ARTIGO\\_Covid-19\\_e\\_populacao\\_negra\\_capixaba.pdf](https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/11478/1/ARTIGO_Covid-19_e_populacao_negra_capixaba.pdf)>. Acesso em: 06/2021.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. 2021. *Educação na Pandemia: A falácia do “ensino remoto”* Disponível em: <<https://www.sintese.org.br/download/educacao-na-pandemia-a-falacia-do-ensino-remoto/ANDES-SN>>. Acesso em: 01/2021.

SERAFIM, O. N. Educação escolar quilombola: memória, vivência e saberes das comunidades quilombolas do Sapê do Norte, Escola de São Jorge. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2011.

10.17771/PUCRio.DDCIS.61546

